Resolução ANP nº. , de de de 2013

A DIRETORA GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS – ANP, de acordo com a Resolução de Diretoria nº XX, de XX de XXX de 201X, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos incisos VII e XVI do art. 8° da Lei n.º 9.478, de 6 de agosto de 1997, e tendo em vista o disposto no artigo 7° da Lei n.° 12.276, de 30 de junho de 2010, no inciso X do artigo 2° da Lei n.° 12.351, de 22 de dezembro de 2010, no inciso IV do art. 3º, no art. 4º e no art. 5º do Decreto n.º 2.705, de 3 de agosto de 1998, no item 10.2 e no Anexo A do Regulamento Técnico de Medição, aprovado pela Resolução Conjunta ANP/Inmetro n° 1, de 10 e junho de 2013,

Considerando que:

A ANP possui a atribuição legal de acompanhar e fiscalizar as atividades da indústria do petróleo e gás natural;

O Regulamento Técnico de Medição, aprovado pela Resolução Conjunta ANP/Inmetro n° 1/2013, estabelece como atribuição da ANP a regulamentação da utilização dos resultados da medição de petróleo e gás natural, a padronização do conteúdo, da frequência e da forma como serão enviados os dados e informações dos sistemas de medição de produção e movimentação de petróleo, gás natural e água;

Resolve:

Art. 1º Aprovar o Regulamento Técnico de Envio de Dados de Produção e Movimentação de Petróleo, Gás Natural e Água, anexo à presente Resolução, o qual estabelece os prazos e procedimentos que deverão ser observados no envio dos dados e informações dos sistemas de medição de produção e movimentação de petróleo, gás natural e água, e dá outras providências.

Art. 2º Estabelecer que o não cumprimento das disposições contidas na presente Resolução sujeitará o infrator às penalidades previstas na legislação, em especial na Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999.

Art. 3º Estabelecer que os casos omissos, bem como as disposições complementares que se fizerem necessárias, serão resolvidos pela ANP.

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor 30 dias após a sua publicação no Diário Oficial da União.

MAGDA MARIA DE REGINA CHAMBRIARD

Diretora Geral da ANP

REGULAMENTO TÉCNICO DE ENVIO DE DADOS DE PRODUÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E ÁGUA A QUE SE REFERE À RESOLUÇÃO ANP Nº. , DE DE DE 2014.

Conteúdo

[1. OBJETIVO E CAMPO DE APLICAÇÃO 3](#_Toc385326818)

[2. DEFINIÇÕES 3](#_Toc385326821)

[3. CADASTRO DOS PONTOS DE MEDIÇÃO 4](#_Toc385326823)

[4. PADRÃO DO ENVIO DOS DADOS E INFORMAÇÕES 4](#_Toc385326825)

[5. DADOS E INFORMAÇÕES DE PRODUÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL 4](#_Toc385326827)

[6. PRAZOS PARA O ENVIO DOS DADOS E INFORMAÇÕES 5](#_Toc385326831)

[7. FISCALIZAÇÃO 6](#_Toc385326837)

REGULAMENTO TÉCNICO DE ENVIO DE DADOS DE PRODUÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E ÁGUA A QUE SE REFERE À RESOLUÇÃO ANP Nº. , DE DE DE 2014.

1. OBJETIVO E CAMPO DE APLICAÇÃO

Objetivo

Este Regulamento tem por objetivo regulamentar o disposto no item 10.2.1 do Regulamento Técnico de Medição, aprovado pela Resolução Conjunta ANP/Inmetro nº 1/2013, estabelecendo os prazos e procedimentos que deverão ser observados no envio dos dados e informações dos sistemas de medição de produção e movimentação de petróleo, gás natural e água dos sistemas de medição.

Campo de Aplicação

Este Regulamento se aplica aos dados e informações dos sistemas de medição de produção e movimentação de petróleo, gás natural e água que venham a ser utilizadas para:

Medição fiscal da produção de petróleo e gás natural na fase de produção do campo ou em Testes de Longa Duração (TLD);

Medição para apropriação dos volumes produzidos aos poços e ao campo produtor;

Medição para controle operacional do gás natural queimado/ventilado;

Outros medidores operacionais não classificados nos subitens 1.2.1.1, e 1.2.1.3, quando solicitados pela ANP.

1. DEFINIÇÕES

 Para efeito deste Regulamento são consideradas as seguintes definições, além daquelas constantes da Lei n.º 9.478/1997, modificada pelas Leis n.º 11.097/2005 e n.º 11.909/2009, da Lei n.° 12.351/2010, do Decreto n.° 2.705/1998, do Decreto n.º 7.382/2010, do Contrato de Concessão para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural e da Resolução Conjunta ANP/Inmetro n° 1/2013:

Sistema de Fiscalização da Produção – SFP – Sistema que receberá os dados e informações dos sistemas de medição de produção e movimentação de petróleo, gás natural e água dos sistemas de medição.

1. CADASTRO DOS PONTOS DE MEDIÇÃO

O agente regulado deve realizar o cadastro dos pontos de medição fiscais, de apropriação e operacionais de petróleo, gás natural e água no SFP da ANP.

* + 1. A ANP disponibilizará no endereço eletrônico [www.anp.gov.br](http://www.anp.gov.br) o manual do cadastro dos pontos de medição.
		2. Qualquer alteração no padrão de cadastro dos pontos de medição do SFP será informada ao agente regulado no endereço eletrônico da ANP, com antecedência mínima de 90 dias de sua efetiva implementação.
		3. Qualquer alteração dos sistemas de medição aplicados aos pontos de medição fiscais, de apropriação ou operacionais de petróleo, gás natural e água deve ser atualizada no cadastro dos pontos de medição do SFP em até 1 (um) dia útil após a realização da alteração.
1. PADRÃO DO ENVIO DOS DADOS E INFORMAÇÕES

A ANP disponibilizará no endereço eletrônico [www.anp.gov.br](http://www.anp.gov.br) o padrão do envio dos dados e informações dos sistemas de medição de produção e movimentação de petróleo, gás natural e água.

* + 1. Será disponibilizado o padrão dos arquivos XML, a serem enviados por meio de *WebService*, bem como os manuais dos mesmos.
		2. Qualquer alteração no padrão dos arquivos XML será informada ao agente regulado no endereço eletrônico da ANP, com antecedência mínima de 90 dias de sua implementação.
1. DADOS E INFORMAÇÕES DE PRODUÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E ÁGUA

O agente regulado deve enviar os dados e informações dos sistemas de medição fiscal de petróleo e gás natural, de apropriação contínua de petróleo e gás natural, operacional de petróleo, gás natural queimado/ventilado e água, bem como os potenciais de produção dos testes de poços e os resultados das análises físico-químicas de petróleo e gás natural.

O agente regulado deve enviar os dados e informações dos sistemas de medição de produção e movimentação de petróleo, gás natural e água para a ANP por meio de *WebService*, em arquivos no formato XML.

* + 1. O envio dos dados e informações dos sistemas de medição de produção e movimentação de petróleo, gás natural e água deve atender aos requisitos mínimos de segurança da informação exigidos pela ANP.
		2. O fluxo dos dados e informações dos sistemas de medição de produção e movimentação de petróleo, gás natural e água, desde o dado bruto até a geração do arquivo no formato XML, deve ser submetido à aprovação prévia da ANP.

Qualquer alteração no fluxo dos dados e informações dos sistemas de medição de produção e movimentação de petróleo, gás natural e água, deve ser submetida à aprovação prévia da ANP com antecedência mínima de 90 dias.

Os campos marginais de petróleo e gás natural operados por empresas de pequeno e de médio porte, de acordo com a legislação aplicável, poderão prescindir do envio dos dados e informações dos sistemas de medição de produção e movimentação de petróleo, gás natural e água, desde que previamente autorizados pela ANP.

* + 1. A solicitação de autorização descrita no item 5.3 deve conter justificativa e demonstração da inviabilidade econômica de implementação do envio nos termos do item 5.2 deste Regulamento.
1. PRAZOS PARA O ENVIO DOS DADOS E INFORMAÇÕES

Sistemas de Medição Fiscal de Petróleo e Gás Natural

* + 1. O agente regulado deve enviar dados e informações dos sistemas de medição fiscal de petróleo e gás natural em até 1 (um) dia útil após o fechamento do relatório de medição, de acordo como item 10.1.2 do Regulamento Técnico de Medição, aprovado pela Resolução Conjunta ANP/Inmetro n° 1/2013.

Sistemas de Medição de Apropriação Contínua de Petróleo e Gás Natural

* + 1. O agente regulado deve enviar dados e informações dos sistemas de medição de apropriação contínua de petróleo e gás natural em até 1 (um) dia útil após o fechamento do relatório de medição, de acordo como item 10.1.2 do Regulamento Técnico de Medição, aprovado pela Resolução Conjunta ANP/Inmetro n° 1/2013.

Potenciais de Produção de Petróleo, Gás Natural e Água dos Poços

* + 1. O agente regulado deve enviar dados e informações dos potenciais de produção dos poços em até 1 (um) dia útil após o fechamento do relatório de teste de poço, de acordo como item 10.1.5 do Regulamento Técnico de Medição, aprovado pela Resolução Conjunta ANP/Inmetro n° 1/2013.

Sistemas de Medição Operacional de Petróleo, Gás Natural Queimado/Ventilado e Água

* + 1. O agente regulado deve enviar dados e informações dos sistemas de medição operacional de petróleo, gás natural queimado/ventilado e água em até 1 (um) dia útil após o fechamento do relatório de medição, de acordo como os itens 7.5.3 e 10.1.2 do Regulamento Técnico de Medição, aprovado pela Resolução Conjunta ANP/Inmetro n° 1/2013.

Resultados das Análises Físico-Químicas de Petróleo e Gás Natural

* + 1. O agente regulado deve enviar dados e informações do resultado das análises físico-químicas de petróleo e gás natural em até 1 (um) dia útil após a implementação do resultado das análises físico-químicas de petróleo e gás natural para as medições subsequentes, de acordo como os itens 8.1 e 8.2 do Regulamento Técnico de Medição, aprovado pela Resolução Conjunta ANP/Inmetro n° 1/2013, e item 4.4 do Regulamento Técnico de Implementação de Resultados de Análises Físico-Químicas para as Medições Subsequentes de Petróleo e Gás Natural, aprovado pela Resolução ANP n° 52/2013.
1. FISCALIZAÇÃO

A ANP poderá, a qualquer tempo, fiscalizar o envio dos dados e informações dos sistemas de medição de produção e movimentação de petróleo, gás natural e água dos sistemas de medição. Todos os documentos objeto deste Regulamento devem ser preservados para fins de auditoria pelo período mínimo de dez anos, devendo ser garantida a sua veracidade.

Os documentos indicados neste Regulamento devem ser disponibilizados para a ANP sempre que solicitados.

Os instrumentos, equipamentos e pessoal de apoio, necessários para a realização das fiscalizações devem ser providos pelo agente regulado, sem ônus para a ANP.

A ANP poderá solicitar, a qualquer tempo, outras informações e documentos necessários à fiscalização.